

**INCLUSÃO ENCARCERADA: O SIGNIFICADO DO TRABALHO E A REINserÇÃO
DA MULHER EGRESSA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO NO MERCADO FORMAL**

Kaique Dias Bento (Universidade Presbiteriana Mackenzie)

RESUMO

A reinserção dos egressos do sistema penitenciário corresponde a uma problemática recente, que dialoga diretamente com os desafios apresentados ao mundo do trabalho atual. Ao enfrentarem o desafio social da reintegração, os egressos do sistema penitenciário vivenciam um ciclo contínuo: se deparam com dificuldades para obter uma colocação junto às empresas pelo passado de atuação na criminalidade e pela consequente falta de qualificação. Todavia, enquanto encarcerados, não recebem incentivos suficientes para qualificação profissional, o que dificulta o seu ingresso no mercado de trabalho. Neste sentido, de modo a ampliar a discussão do tema, este artigo buscou, como objetivo, identificar qual o significado que a mulher egressa do sistema penitenciário atribui à sua experiência de inclusão no mercado formal de trabalho. O estudo, delineado como exploratório, de natureza qualitativa, foi construído a partir de pesquisa bibliográfica e de entrevistas temáticas em profundidade. Através da análise das entrevistadas, pôde-se perceber que o sentido que dão ao trabalho e à inclusão mostra-se condizente com o que a literatura apresenta. De modo geral, para estas, o sentido do trabalho relaciona-se com o sentido da vida. O sofrimento pelo fato de não trabalharem vincula-se ao sofrimento ocasionado pela ausência de oportunidades de ingresso no mercado formal de trabalho.

Palavras-chave: Reintegração. Ressocialização feminina. Significado do trabalho. Cárcere.

ABSTRACT

The reintegration of the egresses from the penitentiary system corresponds to a recent problem, which dialogues directly with the challenges presented to the current world of work. Faced with the social challenge of reintegration, the egresses from the penitentiary system experience a continuous cycle: they face difficulties in obtaining a position with companies due to their past experience in criminality and the consequent lack of qualification. However, while incarcerated, they do not receive sufficient incentives for professional qualification, which hinders their entry into the labor market. In this sense, in order to broaden the discussion of the theme, this article sought to identify what meaning women enter the penitentiary system ascribes to their experience of inclusion in the formal labor market. The study, outlined as exploratory, of qualitative nature, was built from bibliographic research and in-depth thematic interviews. Through the analysis of the interviewees, it could be seen that the meaning they give to work and inclusion is consistent with what the literature presents. In general, for them,

the meaning of work is related to the meaning of life. The suffering of not working is linked to the suffering caused by the lack of opportunities to enter the formal labor market.

Keywords: Reintegration. Female resocialization. Meaning of work. Prison.

1 INTRODUÇÃO

A reinserção dos egressos do sistema penitenciário corresponde a uma problemática recente, que “dialoga diretamente com os desafios apresentados ao mundo do trabalho atual” (TOLEDO; KEMP; MACHADO, 2014, p.86). Ao enfrentarem o desafio social da reintegração (GOODSTEIN, 2019), os egressos do sistema penitenciário vivenciam um ciclo contínuo: se deparam com dificuldades para obter uma colocação junto às empresas pelo passado de atuação na criminalidade (LUTMAN; LYNCH; MONK-TURNER, 2015) e pela consequente falta de qualificação. Todavia, enquanto encarcerados, não recebem incentivos suficientes para qualificação profissional, o que dificulta o seu ingresso no mercado de trabalho (ROCHA *et al.*, 2013).

Nas últimas décadas, vislumbra-se em escala global um aumento no encarceramento dos indivíduos (MORENOFF; HARDING, 2014), aspecto que culminou na ampliação do desafio da reintegração social dos egressos do sistema, o qual é composto por “custos pessoais, financeiros e sociais associados a esses altos níveis de encarceramento” (GOODSTEIN, 2019, p. 427).

No caso específico da mulher presidiária, há alguns aspectos que devem ser observados, entre os quais, o fato de que a inserção das mulheres no mercado de trabalho é mais precarizada (HIRATA, 2011, 2016); as mulheres estão sujeitas a violações maiores que os homens dentro dos presídios (RIBEIRO, 2017); e o retorno da ex-detenta à sociedade e ao mercado é mais penoso do que para o ex-detento (LEANDRO *et al.*, 2018). Assim, “sua ressocialização merece especial atenção, pois, cumprida a pena, o retorno à sociedade é árduo” (RIBEIRO, 2017, p. 359).

A reinserção de egressos do sistema penitenciário no mercado de trabalho é um desafio social que recebeu atenção limitada de pesquisadores organizacionais. Há, portanto, uma lacuna de estudos que se voltem a analisar fatores relativos ao emprego e reintegração dos anteriormente encarcerados (GOODSTEIN, 2019; PANDELI & O'REGAN, 2019). Adicionalmente, há uma propensão ao crescimento da demanda pelo tema: em todo mundo houve um aumento do encarceramento ao longo das últimas décadas (MORENOFF;

HARDING, 2014). Justifica-se, portanto, a necessidade de discussão do tema – tanto pelas organizações privadas, quanto por órgãos governamentais – em virtude da ampliação do desafio de reintegração dos anteriormente encarcerados, que devem ser reinseridos na economia (GOODSTEIN, 2019).

Neste sentido, de modo a ampliar a discussão do tema, este artigo buscou, como objetivo, identificar qual o significado que a mulher egressa do sistema penitenciário atribui à sua experiência de inclusão no mercado formal de trabalho.

Para cumprir com o que se propõe, o trabalho está estruturado em quatro seções, além da presente introdução. A seção dois volta-se a apresentar breve síntese dos conceitos abordados no estudo. Posteriormente, na seção três é descrito o percurso metodológico para execução do trabalho. Na seção quatro são expostos os resultados obtidos a partir das entrevistas realizadas. Por fim, na seção cinco é apontada a conclusão do estudo, incluindo as sugestões para estudos futuros sobre o tema.

2 O SIGNIFICADO DO TRABALHO: BREVE SÍNTESE

Alguns estudos apontam que o estabelecimento de uma carreira profissional pode ajudar egressos do sistema penitenciário a superar potenciais atitudes discriminatórias (PATZELT; WILLIAMS; SHEPHERD, 2014). Todavia, as oportunidades de trabalho, por si só, não são capazes de garantir ao preso ou ao egresso o ideal ressocializador. Ireland e Lucena (2016, p. 72) apontam que:

Embora reconheçamos que as oportunidades de trabalho, dentro da prisão, não garantem à pessoa presa (em particular à mulher) uma ocupação no mercado formal de trabalho ao sair dela, “[...] diante do grande número de profissionais qualificados desempregados [...]” consideramos que a ampliação da oferta para atender à demanda da população carcerária deveria constituir-se um compromisso das políticas penitenciárias, uma vez que o trabalho, para além de outros benefícios, configura o conteúdo de uma atividade educativa e, como tal, incide (mesmo em um contexto como o da prisão) no exercício e no fortalecimento da consciência cidadã sendo isso um elemento importante do ideal ressocializador.

Nesse sentido, vislumbra-se nas entrelinhas de Ireland e Lucena (2016), que é primordial – como estratégia para ressocialização por meio da inclusão – também entender o que esse exercício do trabalho representa para essa população, de modo a fomentar estratégias que estejam alinhadas com o ideal desse público.

Antes de discorrer sobre as definições relativas ao significado do trabalho, é pertinente contextualizar a literatura que versa sobre sentidos e significados do trabalho, a qual ainda é recente, remontando aos anos de 1950 e 1960 (BENDASSOLLI; COELHO-LIMA, 2015). Nesta época, destacam-se os estudos precursores conduzidos por Morse e Weiss (1955), que abordaram o significado do trabalho; e os de Dubin (1956) e Lodahl e Kejner (1965), que apresentaram, respectivamente, relatos sobre o trabalho como um tema basilar na vida de trabalhadores e sobre o envolvimento dos indivíduos para/com o trabalho. Apenas na década de 1980 que foi desenvolvido um dos trabalhos internacionais mais conhecido sobre o tema, por uma equipe denominada *Meaning of Work Research Team* (MOW). O grupo desenvolveu um estudo com dados de oito países, considerando o significado do trabalho como um construto psicológico “multifacetado, multidimensional e dinâmico” (MOW, 1987).

Nesses últimos anos, entretanto, várias terminologias foram sendo adotadas, fazendo com que se instaurasse um dissenso sobre a utilização do termo “sentido” ou de “significado”. A maioria das pesquisas relacionadas ao estudo do trabalho, inclusive os autores ligados ao MOW (MOW, 1987), além de corrente de pesquisadores brasileiros, como Lourenço, Ferreira e Brito (2013), Oliveira e Silveira (2012), Bispo, Dourado e Amorim (2013) e Neves *et al.* (2018) consideram “sentido” e “significado” como termos semelhantes.

Ainda considerando a literatura brasileira, mesmo para autores que consideram-nos como termos distintos, dentre os quais, Tolfo e Piccinini (2007), que descrevem o primeiro como sendo relacionado ao valor que o trabalho possui para o indivíduo no âmbito pessoal e, o segundo, como a representação social que a tarefa executada tem para o trabalhador, assinalam que os termos também podem ser entendidos como sinônimos. Visão semelhante é vista em Bendassolli e Coelho-Lima (2015, p. 385), que apontam que, “embora distintos entre si individualmente, compõem uma unidade indivisível, mediada pela atividade”.

Dessa forma, no que concerne a este artigo, ambos os termos foram considerados com o mesmo significado. Também foi adotado como referência o modelo proposto pelo MOW, o qual é composto por três dimensões: centralidade; normas sociais relativas a direitos e deveres do trabalho; e os resultados valorizados de trabalho e metas laborais (MOW, 1987).

A primeira dimensão – centralidade – corresponde à importância do trabalho, de forma absoluta e relativa, na vida de uma pessoa. É constituída por dois componentes, sendo eles a crença/valor, ligado à identificação do indivíduo com o trabalho, ao considerar as cognições que a pessoa estabelece entre o trabalho e as percepções de si; e o valorativo/afetivo, que pode

ser vislumbrado no envolvimento do indivíduo com o trabalho, sendo, portanto, uma resposta afetiva ao trabalho.

Em seguida, o modelo do MOW considera as normas sociais, que são as crenças normativas do indivíduo e da sociedade sobre o papel do trabalho. Nessa dimensão são considerados os padrões sociais ou as obrigações do indivíduo perante a sociedade, bem como os deveres desta para/com o próprio indivíduo. Tal dimensão considera, portanto, o conjunto de expectativas emanadas pelo binômio indivíduo-sociedade sobre o papel do trabalho (MOW, 1987).

A terceira dimensão, por fim, relativa aos resultados valorizados de trabalho, corresponde aos aspectos simbólicos ou concretos daquilo que se ganha com o trabalho e/ou então daquilo que se almeja com o trabalho. Aqui estão incluídos, dentre outros, os motivos que levam uma pessoa a trabalhar, como: o prestígio social, o contato e os vínculos sociais, a ascensão financeira, o “sentir-se útil” para a sociedade ou simplesmente o desejo de se manter em atividade (MOW, 1987).

Uma das abordagens contemporâneas ao MOW que também foi bastante difundida no mundo sobre significado do trabalho foi emanada nos estudos de Christophe Dejours, lastreada na Psicodinâmica do Trabalho. Para tal autor, o trabalho ocupa um papel fundamental na organização da angústia e das necessidades do indivíduo, gerando reconhecimento. O trabalho, nessa ótica, permite a construção de uma identidade pessoal e social, a partir da visão concebida por pares, subordinados e chefias, criando um sentido para a vida do indivíduo. Para Dejours, o prazer no trabalho é um fator basilar para a manutenção da saúde e da normalidade do indivíduo (DEJOURS, 1987).

Desde a publicação do modelo do *Meaning of Work Research Team*, o significado do trabalho tem se alterado pelos mais diversos fatores. Sobre o tema, Schweitzer *et al.* (2016, p. 104) descrevem que:

Nas duas últimas décadas o contexto do trabalho passou por alterações de diversas ordens, relacionadas a condições econômicas, sociopolíticas, demográficas e tecnológicas, entre outras. Tais alterações incluem fenômenos como a globalização, o aumento da competitividade entre países e organizações, a reestruturação produtiva, as inovações socio-organizacionais e a flexibilização das relações de trabalho.

Como relação ao desenvolvimento do tema na academia, para muitos pesquisadores, questões relativas ao significado do trabalho têm despertado um interesse crescente nos últimos

anos, com estudos que focam nas experiências e relações dos indivíduos com seu trabalho em geral e/ou com as percepções de significado em empregos estáveis, sem considerar a influência de circunstâncias desafiadoras (JIANG *et al.*, 2016), como subempregos ou a situação do cárcere.

O trabalho humano é uma atividade complexa, multifacetada, polissêmica, que não apenas permite, mas exige diferentes olhares para sua compreensão (NEVES *et al.*, 2018). É um meio essencial para a integração social e a autorrealização do indivíduo (BITTENCOURT *et al.*, 2011). Nesse bojo, cabe dar voz à visões contra hegemônicas sobre o significado do trabalho, especialmente àquelas que se voltem a parcelas da sociedade costumeiramente ignoradas dos estudos acadêmicos.

Uma das discussões críticas que emergiram nos últimos anos revela a discussão sobre significado do trabalho e carreira. Dentre os que se voltam a abordar o tema, Sennett (2009) aponta que a expressão que designava uma antiga estrada para carruagens, é empregada metaforicamente para demonstrar uma estrada, linear e progressiva que os trabalhadores deveriam trilhar ao longo de sua carreira profissional. Ainda segundo Sennett (2009), com a profusão de ideias neoliberais, a visão dessa estrada passou a ser deturpada, impondo a determinados trabalhadores – inclusive aqueles marginalizados – como os egressos do sistema prisional, a total responsabilidade de conseguir ou até mesmo se manter em um emprego, afetando a visão destes sobre o significado do trabalho e gerando um processo de ansiedade em relação ao futuro e à vida.

A ideia é defendida em estudos de vários outros pesquisadores, como Ovejero (2010), Gaulejac (2007) e Dejours (1999), que apontam para um cenário de sofrimento no trabalho e de injustiças sociais, com uma perda do significado do trabalho, em meio a uma era de contrassensos, antagonismos e incertezas (NEVES *et al.*, 2018). Especificamente para Dejours (1999), nesta nova era, o significado do trabalho passa por um processo de dessocialização, especialmente para aqueles que se encontram à margem da sociedade, com um sentimento de medo e exclusão e perda do alicerce da identidade.

Baseado nestes autores, para o segmento em análise nesse trabalho, hodiernamente, o significado do trabalho, remonta a aspectos ligados ao sofrimento – por parte do trabalhador e/ou daqueles que buscam emprego – e pela aflição em não conseguir auferir as condições básicas de sustento, para o próprio indivíduo e seus familiares.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo é delineado como exploratório, de natureza qualitativa. Para construção do referencial teórico foi utilizada a pesquisa bibliográfica, com artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais. Já para a coleta de dados, foram empregadas entrevistas temáticas em profundidade.

Com relação ao contato inicial com as respondentes, este se deu por meio de um projeto de reinserção de mulheres egressas no mercado formal de trabalho, desenvolvido na cidade de São Paulo - SP. No que diz respeito aos procedimentos éticos para a realização do estudo, as mulheres foram informadas do conteúdo da pesquisa e do ato da gravação do áudio em si, em momento anterior à entrevista, com a leitura e posterior assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Cabe salientar que procurou-se, ao longo das entrevistas, não se enveredar sobre os temas relativos à criminalidade, reincidência ou o início da vida no presídio, de modo a evitar o tratamento de um tema que, porventura, pudesse gerar alguma preocupação, angústia e/ou desconforto entre as participantes do estudo.

De modo a manter a confidencialidade, os nomes das entrevistadas foram suprimidos e trocados por nomes de flores. O Quadro 1, a seguir, apresenta um resumo da caracterização das respondentes.

Quadro 1 - Perfil das respondentes

Entrevistada	Idade	Escolaridade	Tempo de detenção	Tempo de Entrevista
Amarílis	25	Ensino Fundamental	8 meses	25 minutos
Gérbera	29	Ensino Médio	2 anos	32 minutos
Margarida	24	Ensino Médio	3 anos	35 minutos
Petúnia	37	Ensino Fundamental	8 anos	40 minutos
Rosa	31	Ensino Fundamental	4 anos	27 minutos

Fonte: Elaboração Própria

O instrumento de coleta dos dados foi um roteiro semi-estruturado, elaborado para o presente estudo. Conforme já descrito, foi adotado, como referência para este trabalho, o modelo proposto pelo MOW. Entretanto, a operacionalização deste modelo, com constructos multidimensionais para investigar o sentido do trabalho, ainda é questionada na literatura, por gerar inconsistências e dificuldades de adaptação em realidades distintas da original

(FERNANDES; GONÇALVES; OLIVEIRA, 2012; BENDASSOLLI; ALVES; TORRES, 2014), visto que os autores preconizam um amplo conjunto de perguntas, com um questionário com mais de 100 questões, em várias subescalas de natureza híbrida.

Mesmo com tais entraves, diversas pesquisas no Brasil também mantiveram o MOW (1987) como referência para elaboração de seus estudos, por entenderem que ainda são poucos os instrumentos que se voltam a avaliar o significado do trabalho, especialmente para grupos que não representam o *mainstream* (BENDASSOLLI; ALVES; TORRES, 2014).

Seguindo esse entendimento, o instrumento de coleta dos dados foi um roteiro semi-estruturado, elaborado para o presente estudo à luz do MOW (1987). Tal instrumento foi composto por questões ligadas: ao significado de trabalho; às percepções sobre o significado do trabalho ao longo da época da detenção; aos programas de ressocialização, escolaridade e trabalho que tiveram contato ao longo da detenção; ao retorno à sociedade; às percepções sobre processos seletivos em empresas após o cumprimento da pena; e às percepções quanto a possíveis discriminações e estereótipos por serem ex-detentas.

Após transcrição, a análise do material oriundo das entrevistas se deu com base na proposta de Flores (1994), que preconiza um conjunto de transformações e operações a partir do que fora coletado, com o objetivo de extrair significado relevante em relação a um problema de pesquisa.

Assim, foi efetuada, a princípio, uma leitura geral das transcrições, de modo a detectar as relações e tendências; seguida da segmentação e categorização, identificando sob um mesmo rótulo as unidades de significado que guardavam semelhança entre si, quais sejam: O trabalho antes do cárcere (TRA), O sentido do trabalho ao longo da detenção (DET), A vida como ex-detenta (EGR); e Estereótipos (EST).

4 RESULTADOS

O trabalho antes do cárcere (TRA)

No que se refere ao significado do trabalho, Bitencourt *et al.* (2011), também à luz do MOW (1987), descrevem que eles podem se manifestar de várias formas. Essa visão é influenciada por aspectos como: organização em que a pessoa se encontra, amigos, relações afetivas, família, vida financeira, etapa da vida em que a pessoa se encontra/faixa etária, dentre outros fatores.

Nesse primeiro recorte temporal, relativo ao significado do trabalho antes do cárcere, foram analisados os excertos das falas das entrevistadas que abordam a relação destas com o trabalho – tanto formal, quanto informal. A princípio, apresenta-se o trecho da fala de Rosa, que indica que o trabalho já representava uma forma de sustento.

Rosa: Eu nunca tive muita oportunidade assim pra trabalhar. A gente tinha que se virar pra conseguir algo pra comer todo santo dia e ninguém queria contratar nem eu, nem meus irmãos, porque ninguém tinha estudo. Mãe sempre viveu sozinha (*olhar distante*) e tentou de todas as formas criar a gente. Daí sempre foi muita luta e não tinha tempo pra estudar. Acabei só fazendo bicos, né? Nada de carteira de trabalho. **O trabalho era só pra ajudar a se virar e pagar uma ou outra coisa.** (grifo nosso)

No caso de Margarida, vide excerto adiante, a primeira menção ao trabalho é ligada a uma função informal, como balconista de uma padaria. No relato, a entrevistada descreve que, mesmo com funções delimitadas e um salário fixo – mesmo que em uma vaga de trabalho não registrada – o trabalho não apresentava tanto sentido.

Margarida: Ainda trabalhei um tempo como balconista de uma padaria, mas como só tinha 14 anos na época, só recebia 250,00 por fora, sem nada registrado, mas ao menos ajudava a pagar as contas. Então não foi [uma experiência] tão importante pra mim porque nem sei se isso pode ser considerado um trabalho mesmo. Meu único arrependimento foi não ter matado o velho que era marido da dona da padaria e que dava em cima de mim a toda hora (levanta a cabeça e ri).

A fala de Margarida mostra que, mesmo utilizando de ironia e do humor nos dias atuais para tratar uma situação passada, de um crime como o assédio sexual infantil, pode-se depreender que, além de tudo, o trabalho desenvolvido à época pela entrevistada – ainda que informal – é atribuído como algo penoso e desagradável, em consonância com alguns dos significados elencados por Neves *et al.* (2018, p. 327).

Tem-se ainda o trecho proferido por Amarílis, que também relata um trabalho informal.

Amarílis: Eu ainda ajudei minha irmã a cuidar de criança pequena. Tinha dia que tinham umas 3, chorando dentro de um barraco pequeno. Tu já imaginou uma criança cuidando de outra? (*risos*) Mas era assim mesmo. **Aquilo era só uma diversão mesmo**, nem era trabalho, porque eu brincava com minha irmã e com as outras meninas que ela cuidava comigo.

Vê-se que Amarílis descreve uma mescla de trabalho e diversão em meio a uma infância humilde. A visão é um reflexo da realidade social construída à volta da respondente, como bem

explicam Neves *et al.* (2018, p. 327), ao discorrerem que o significado do trabalho pode ser entendido como um componente “da realidade social construída e reproduzida, que interage com diferentes variáveis pessoais e sociais e influencia as ações das pessoas e a natureza da sociedade num dado momento histórico.” (NEVES *et al.*, 2018, p. 327).

Parte-se agora para a análise do significado do trabalho ao longo da detenção (DET).

O significado do trabalho ao longo da detenção (DET)

As entrevistadas relataram o significado atribuído ao trabalho ao longo do período de detenção. Foram selecionados trechos das falas de Rosa e Petúnia, os quais representam percepções distintas sobre o trabalho.

Rosa: Eu trabalhava lá dentro só pra me sentir útil e não ficar sem fazer nada e não endoidar. Mas era tudo coisa simples, sem importância, coisa na cozinha ou na limpeza, o **trabalho era só um passatempo**, só pro tempo passar mais rápido mesmo.

Na fala de Rosa vê-se que o trabalho ao longo do período de detenção é entendido como um mero passatempo, com algo sem importância. A entrevistada relata a vontade de “se sentir útil”, em consonância com a terceira dimensão do MOW (1987), a qual descreve que os resultados valorizados de trabalho correspondem aos aspectos simbólicos ou concretos daquilo que se ganha com o trabalho e/ou então daquilo que se almeja com o trabalho, inclusive o “sentir-se útil”.

Em um comentário com uma percepção diferente, tem-se as falas de Margarida e de Petúnia.

Margarida: Lá dentro é um pouco difícil da pessoa mudar, melhorar. Só aqueles que têm acesso a alguma oportunidade de melhoria, como alguma capacitação e tal. **Lá dentro não tem trabalho.** No máximo, fazer um artesanato aqui, outro ali, ou então concertar coisas. **As meninas fazem só pra ficarem ocupadas e o dia passar mais rápido.**

Petúnia: Como é que alguém vai se ressocializar na sociedade ali? A maioria sai de lá bem pior. A gente fica sem ter o que fazer e ninguém incentiva a gente a trabalhar. Nem professor pra ensinar alguma profissão ou até mesmo pra terminar as séries de colégio aparece por lá. É uma vez perdida que vai um por lá. O único trabalho que a gente aprende mesmo é a roubar, matar, sumir com um corpo, porque a trabalhar mesmo, ninguém aprende. **Parece que querem que a gente se esqueça de como é. E olhe que muitas que tão lá querem trabalhar... tem vontade de fazer algo, de juntar um dinheirinho pra comprar as coisas lá**

dentro ou pra ter como ajudar a família (emocionada). Se o povo visse o quanto que **o trabalho ali dentro podia ajudar a regenerar** meio mundo [de detentas], com certeza iam incentivar mais.
(grifos nossos)

A princípio, Petúnia e Margarida fazem uma crítica ao processo de ressocialização, que mais pune do que regenera. Na sequência, Petúnia declara que as detentas são privadas também de trabalhar. A maioria das oportunidades propiciadas no presídio são aquelas relativas à manutenção das próprias atividades do dia-a-dia da instituição – como aquelas listadas por Rosa. Petúnia se queixa da ausência de ações que se voltem à profissionalização; do ensino de um ofício que gere, inclusive ao longo do tempo de reclusão, recursos financeiros para a subsistência da detenta, bem como de sua família.

Como anteriormente apontado neste trabalho, o problema apontado na fala de Petúnia representa uma evidência empírica de uma das fases de um perverso ciclo de (não) reintegração, onde os egressos se deparam com dificuldades para obter uma colocação junto às empresas pelo passado de atuação na criminalidade (LUTMAN; LYNCH; MONK-TURNER, 2015) e pela consequente falta de qualificação. Todavia, enquanto encarcerados, não recebem incentivos suficientes para qualificação profissional, o que dificulta o seu ingresso no mercado de trabalho (ROCHA *et al.*, 2013). A próxima etapa que pode evidenciar esse ciclo corresponde à análise dos excertos da vida como ex-detenta (EGR), apresentada na subseção adiante.

A vida como ex-detenta (EGR)

Os excertos que abordam a vida após o período de detenção podem ser considerados aqueles onde há maior distanciamento das egressas com o mundo exterior, no qual o sentimento de pertença não é vislumbrado em suas vidas. Os relatos, como expostos adiante, representam uma marginalização e uma exclusão, tanto no convívio social, quanto nas oportunidades de trabalho (não) destinadas a esse público. O primeiro trecho analisado faz parte da fala de Rosa, que teceu o seguinte relato:

Rosa: No começo foi horrível. Detenta, ex-detenta ou parente de detenta não pode trabalhar. Essa é a visão que o povo tem. Eu saí de lá e não sabia como é que seria da minha vida (olha para o horizonte) [...] Pra mim, trabalho aqui fora seria algo impossível. Nunca mais ia conseguir, só nascendo de novo. Nem pra fazer na rua [no mercado formal] aquele trabalho besta que a gente fazia lá dentro a gente ia conseguir. Foi quando eu conheci o programa através de uma amiga e consegui

minha oportunidade. A partir daí comecei a ver trabalho como **dignidade, autoestima**, porque sem aquilo eu não era mais nada.

A fala de Rosa mostra-se alinhada com a proposição de pesquisadores já listados, de que o trabalho figura como instrumento para obtenção de dignidade e autoestima. É, portanto, uma “atividade central e fundamento da própria condição humana” (LIMA; TRINDADE, 2018, p. 33). A mesma construção simbólica pode ser vista no trecho de Gérbera, adiante.

Gérbera: Única parte boa de sair [do presídio] no começo era poder ver os amigos, a família. Mas trabalho mesmo era só fazendo uma besteirinha [trabalhos temporários] aqui, outros ali. **Trabalho é rumo**, né? Eu ia ficar em casa fazendo o que? Gastando o que não tinha? É por isso que muita gente acaba voltando pra esse mundo. Além de não encontrar oportunidade aqui fora, acaba sem rumo, sem propósito (fala com convicção). A gente tem que acordar e saber que vai ter algo pra fazer naquele dia. Isso é a importância do trabalho. (grifo nosso)

Nesse caso, vê-se o uso da palavra rumo, que denota, dentre outros, uma construção “da identidade do indivíduo e de seu processo de socialização”. (LIMA; TRINDADE, 2018). No caso em tela, uma nova socialização, após o período do cárcere. Indo além das falas das demais entrevistadas, Petúnia, a seguir, relata sobre a não inclusão dela na sociedade, evidenciada pela falta de oportunidades de trabalho.

Petúnia: Nós não somos incluídas em lugar nenhum. Primeiro que ninguém quer ficar perto de ex presa né? É quase uma lepra, contagioso. A vida fora da cadeia é diferente, porque no começo, não temos o que fazer. Sem trabalho, a gente não é nada.

De modo geral, o sentido do trabalho relaciona-se, para as entrevistadas, com o sentido da vida. Uma vida dotada de sentido só é possível a partir da realização do indivíduo na esfera do trabalho (ANTUNES, 2000). A fala de Petúnia representa, além da exclusão, o valor que cada um atribui a si próprio, suas representações e a visão do local que ocupa no mundo. Para ela, sua condição, como ex-egressa é algo, praticamente irreversível e um fator preponderante para sua não-inclusão no mercado de trabalho. Essa condição é evidenciada, inclusive, nos relatos descritos na subseção adiante, voltada aos Estereótipos (EST).

Estereótipos (EST)

Antes de apresentar os excertos categorizados nessa seção (EST), é pertinente discorrer brevemente sobre o que se entende por estereótipo e sua diferenciação de outros conceitos,

como o preconceito. As definições relativas a estereótipos e preconceitos mudaram ao longo do tempo, acompanhando algumas transformações no próprio campo de estudo (STANGOR, 2009). Tal autor, por sinal, critica que o processo de mudança foi acompanhado de uma simplificação excessiva das definições ao longo do tempo, de forma a alterar a essência do conceito, acarretando o descarte de “algumas características presumidas de estereótipos e preconceitos que eram parte integrante das conceituações iniciais, como as de Allport (1954)¹, incluindo imprecisão, negatividade e supergeneralização” (STANGOR, 2009, p. 02).

O preconceito, sob a ótica de Stangor (2009, p. 02), é definido como uma atitude negativa em relação a um grupo ou a membros do grupo. Já com relação aos estereótipos, Stangor (2009) constrói sua definição de estereótipo baseado em Lippmann (1922)², o qual retrata que estes correspondem a “estruturas de conhecimento que servem como “imagens” mentais dos grupos em questão”. O autor contemporâneo aponta que há centenas de definições na literatura sobre o termo, as quais, em sua maioria, apoiam-se na ideia geral de Lippmann (1922). Todavia, complementa a definição ao apontar que os “estereótipos representam os traços que nós vimos como características de grupos sociais, ou de membros individuais desses grupos, e, particularmente aqueles que diferenciam os grupos uns dos outros” (Stangor, 2009, p. 02).

Assim, os estereótipos são principalmente “negativos, imprecisos e injustos”. Stangor (2009) aponta que são gerados muito mais estereótipos negativos em comparação aos positivos e, até mesmo no caso dos positivos, eles não são vistos de forma positiva. Essas imagens negativas são vislumbradas em diversas das falas das entrevistadas, com ênfase no excerto a seguir:

Petúnia: Num tem o hino do Flamengo? Uma vez Flamengo, sempre Flamengo? A mesma coisa com detenta. A gente fica presa pra sempre. Parece que o povo olha pra gente e vê somente que a gente passou no presídio. Esquece de que a gente já saiu, que já cumpriu tudo que tinha e que a página virou. Antes eu escondia isso a todo custo. Eu fui pra uma seleção (olha pro horizonte e pensa) uma vez e o rapaz me perguntou a minha disponibilidade de tempo na semana. Aí fui dizer a ele que tinha um compromisso uma vez por mês, de manhã. Sem querer, falei que era no tribunal. Ele na mesma hora se ligou que eu era ex detenta. Acabou a entrevista depois de um tempinho, com um sorriso amarelo, mas eu já sabia que não ia ficar na vaga. **O povo olha pra gente como alguém perigoso, um monstro, um animal, que precisa ta preso, feito leão em zoológico.**

¹ Stangor (2009) referencia a obra ALLPORT, G. W. **The nature of prejudice**. Reading, MA: Addison-Wesley, 1954.

² Idem anterior; LIPPMAN, W. **Public opinion**. New York: Harcourt & Brace, 1922.

O trecho proferido por Petúnia mostra que é criado um estereótipo de violência, perigo e selvageria para/com as egressas. Nesse sentido, Leandro *et al.* (2018, p. 127) relatam que a experiência do aprisionamento acumula consequências que agravam o processo de criação de estereótipos, da marginalização, da estigmatização e, não obstante, da exclusão social.

Em outro relato, por fim, Rosa descreve que por mais que existam projetos que busquem a integração das egressas na sociedade, o discurso pouco se alinha à prática, visto a incidência do estereótipo de faveladas e ladras que pairam sobre essas mulheres, conforme evidenciado a seguir:

Rosa: Só enxergam como **pobre, favelada e ladra**. Não tem quem não veja você como ladra pro resto da vida. Podem falar o que for, mas muita gente nas empresas não inclui não. Tem aquele papinho bonito, só pra ganhar dinheiro, mas vai lá e pega a ficha corrida de quem trabalha. Duvido que tenha ex detenta. Todo mundo acha bonito, mas ninguém quer.

É pertinente salientar que as mulheres, na maioria das vezes, já carregam os estigmas sociais vinculados à pobreza, à falta de instrução e ao território em que vivem, ao que se soma o estigma de ex-condenada, intensificando, assim, os estereótipos, o preconceito e o processo de discriminação social (LEANDRO *et al.*, 2018, p. 127).

5 CONCLUSÃO

O tema inclusão de egressas do sistema penitenciário é incipiente, enquanto tema de pesquisa no Brasil. Mesmo com os programas que buscam fomentar a inclusão desse público nas organizações, ainda há o predomínio do preconceito nos processos seletivos e o cárcere acaba marginalizando ainda mais estas mulheres. A maioria não consegue vaga no mercado formal de trabalho e as oportunidades só aparecem quando é construída uma rede de contatos com outras egressas, que possibilite a divulgação das vagas disponíveis.

Vislumbra-se, através dos excertos das falas das entrevistadas, que o sentido que dão ao trabalho e à inclusão mostra-se condizente com o que a literatura apresenta. De modo geral, para estas, o sentido do trabalho relaciona-se com o sentido da vida. O sofrimento pelo fato de não trabalharem vincula-se ao sofrimento ocasionado pela ausência de oportunidades de ingresso no mercado formal de trabalho.

Cabe ressaltar que, no Brasil, há condições específicas das leis para a reintegração dos egressos do sistema prisional no mercado de trabalho. Os contratos de trabalho que incluam

como força de trabalho nas organizações tanto os presos, quanto os egressos, são regidos por outros dispositivos, como a Lei de Execução Penal e a Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional (PNAT), em detrimento das regras da Consolidação das Leis do Trabalho, o que implica em menos encargos e demais incentivos para os empregadores (BRASIL, 2018).

O objetivo desses mecanismos legais é permitir a inserção das pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional no mundo do trabalho, para que possam gerar renda e se ressocializar, ao se integrarem na sociedade, através da retomada da sua cidadania. Todavia, as ações de contratação vislumbradas, ainda em sua maioria, são relacionadas a iniciativas do poder públicos, como convênios intersecretariais, bastante limitados, que não são capazes de incluir esse contingente de egressos. Para a realidade das organizações privadas, mesmo com os incentivos, ainda não é visto um movimento de integração dessa parcela da sociedade, o que pode corroborar a exclusão citada pelas respondentes.

Dentre as limitações do estudo, destaca-se o fato de que a busca por um projeto que subsidiasse a análise – e possibilitasse o contato com as egressas – se esbarrou em diversos entraves. Apenas em um deles, realizado junto a uma Secretaria Estadual de Ressocialização em parceria com uma Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos, houve 52 tentativas para obtenção dos dados iniciais, todas sem sucesso. Buscava-se, nesse primeiro momento, entrar em contato com os gestores da iniciativa e, em um segundo momento, o acesso às ex-detentas.

Assim, notou-se não somente um despreparo da equipe técnica, mas um desinteresse com o projeto e com a divulgação de suas informações. A dificuldade para obtenção de tal contato pode representar dois fatores de limitação: a restrição na quantidade de possíveis respondentes para elaboração de outros estudos similares; e, por conseguinte, o entrave à elaboração de pesquisas longitudinais sobre o tema, de natureza exploratória em múltiplas localidades.

Ademais, mesmo com a opção adotada pelo presente estudo, de considerar os termos significado e sentido como sinônimos, concordando com vários estudos como MOW (1987) e pesquisadores como Lourenço, Ferreira e Brito (2013), Oliveira e Silveira (2012), Bispo, Dourado e Amorim (2013) e Neves *et al.* (2018), há de se convir que a ausência de uma unificação nas terminologias adotadas pelos mais diferentes autores que se debruçam sobre o tema acabam, involuntariamente, dificultando a evolução de estudos sobre a temática em tela (TOLFO; PICCININI, 2007; SCHWEITZER *et al.*, 2016).

Por fim, propõe-se para estudos futuros, que seja discutida a realidade das egressas quanto às dificuldades ao acesso ao trabalho e outras oportunidades que faltam para esse

público, à luz dos novos dispositivos legais de fomento à inclusão no mundo do trabalho; e Estruturar um perfil das egressas inseridas no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.
- BENDASSOLLI, P. F.; ALVES, J. S. C.; TORRES, C. C. Inventário sobre significado do trabalho de profissionais de indústrias criativas. **Avaliação Psicológica**, v. 13, n. 2, p. 177-186, 2014.
- BENDASSOLLI, P. F.; COELHO-LIMA, F. Psicologia e trabalho informal: a perspectiva dos processos de significação. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, n. 2, p. 383-393, 2015.
- BISPO, D. A.; DOURADO, D. C. P.; AMORIM, M. F. C. L. Possibilidades de dar sentido ao trabalho além do difundido pela lógica do mainstream: um estudo com indivíduos que atuam no âmbito do movimento hip hop. **Organizações & Sociedade**, v. 20 - n. 67, p. 717-731, 2013.
- BITENCOURT, B. M. *et al.* Para além do tempo de emprego: o sentido do trabalho no processo de aposentadoria. **Revista de Ciências da Administração**, v. 13, n. 31, p. 30-57, 2011.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto Nº 9.450, de 24 de Julho de 2018**. Institui a Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional. Brasília: Senado Federal, 2018.
- DEJOURS, C. **A Loucura do Trabalho**: Estudo de Psicopatologia do Trabalho. São Paulo: Cortez, 1987
- DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.
- FLORES, J. G. **Análisis de datos cualitativos: aplicaciones a la investigacion educativa**. Barcelona: LCT, 1994.
- GAULEJAC, V. **Gestão como doença social**. Ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. São Paulo: Ideias e Letras, 2007.
- GOODSTEIN, J. D. Employers and the Reintegration of Formerly Incarcerated Persons. **Journal of Management Inquiry**. Advance online publication., v. 28, n. 4, p. 426-430, 2019.
- HIRATA, H. Mulheres brasileiras: relações de classe, de “raça” e de gênero no mundo do trabalho. **Confinis**, v. 26. 2016. doi:10.4000/confinis.10754
- HIRATA, H. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. **Cad. CRH [online]**, v. 24, n.spe1, pp.15-22, 2011.
- IRELAND, T. D.; LUCENA, H. H. R. Educação e trabalho em um centro de reeducação feminina: um estudo de caso. **Cad. Cedes**, v. 36, n. 98, p. 61-78, 2016.
- JIANG, W. *et al.* The Meaning of Work in Difficult Times. **Academy of Management Proceedings**, n. 1, 2016. <https://doi.org/10.5465/ambpp.2016.11782symposium>
- LEANDRO, M. *et al.* Retorno à Sociedade: Percepções e Experiências de Ex-Detentas. **Revista de Psicologia da IMED**, v. 10, n. 1, p. 125-139, 2018.
- LIMA, M.; TRINDADE, I. O sentido do trabalho no contexto da atividade do catador da material reciclável. **Cadernos De Psicologia Social Do Trabalho**, v. 21, n. 1, p. 33-43, 2018.

LOURENÇO, C. D. S.; FERREIRA, P. A.; BRITO, M. J. O significado do trabalho para uma executiva: a dicotomia prazer e sofrimento. **Organizações em Contexto**, v. 9, n. 17, p. 247-279, 2013.

LUTMAN, B.; LYNCH, C.; MONK-TURNER, E. De-demonizing the “monstrous” drug addict: A qualitative look at social reintegration through rehabilitation and employment. **Critical Criminology**, v. 23, n. 1, p. 57-72, 2014.

MEANING OF WORK INTERNATIONAL RESEARCH TEAM – MOW. **The meaning of working**. London: Academic Press, 1987.

MORENOFF, J. D.; HARDING, D. J. Incarceration, prisoner reentry, and communities. **Annual Review of Sociology**, v. 40, p. 411-429, 2014.

NEVES, D. R. *et al.* Sentido e significado do trabalho: uma análise dos artigos publicados em periódicos associados à Scientific Periodicals Electronic Library. **Cad. EBAPE.BR**, v. 16, n. 2, p. 318-330, 2018.

OLIVEIRA, M. C. L.; SILVEIRA, S. B. O(s) sentido(s) do trabalho na contemporaneidade. **Veredas**, v. 16, n. 1, p. 149-165, 2012.

PANDELI, J.; O'REGAN, N. Risky business? The value of employing offenders and ex-offenders: An interview with James Timpson, Chief Executive of Timpson. **Journal of Management Inquiry**. p. 1-8, 2019. doi:10.1177/1056492619836167

PATZELT, H.; WILLIAMS, T. A.; SHEPHERD, D. A. Overcoming the Walls That Constrain Us: The Role of Entrepreneurship Education Programs in Prison. **Academy of Management Learning & Education**, v. 13, n. 4, 587–620, 2014. <http://dx.doi.org/10.5465/amle.2013.0094>

OVEJERO, A. B. O desemprego e suas consequências. In: OVEJERO, A. B. **Psicologia do trabalho em um mundo globalizado: como enfrentar o assédio psicológico e o stress no trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

RIBEIRO, F. A reinserção social da ex-presidiária no mercado de trabalho. **Revice - Revista de Ciências do Estado**, v. 2, n. 1, p. 357-379, 2017.

ROCHA, V. F. T. *et al.* A inserção do egresso prisional no mercado de trabalho Cearense, **RPCA**, v. 7, n. 4, p. 185-207, 2013.

SCHWEITZER, L. *et al.* Bases epistemológicas sobre sentido(s) e significado(s) do trabalho em estudos nacionais. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 16, n. 1, p. 103-116, 2016.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

STANGOR, C. The study of stereotyping, prejudice and discrimination within social psychology – a quick history of theory and research. In: NELSON, T. D. (Org). **Handbook of prejudice, stereotype and discrimination**. New York: Psychology Press Taylor & Francis Group, 2009.

TOLEDO, I. A.; KEMP, V. H.; MACHADO, M. N. M. Os sentidos do trabalho para egressos do sistema prisional inseridos no mercado formal de trabalho. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 17, n. 1, p. 85-99, 2014.

TOLFO, S. R.; PICCININI, V. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 38-46, 2007.